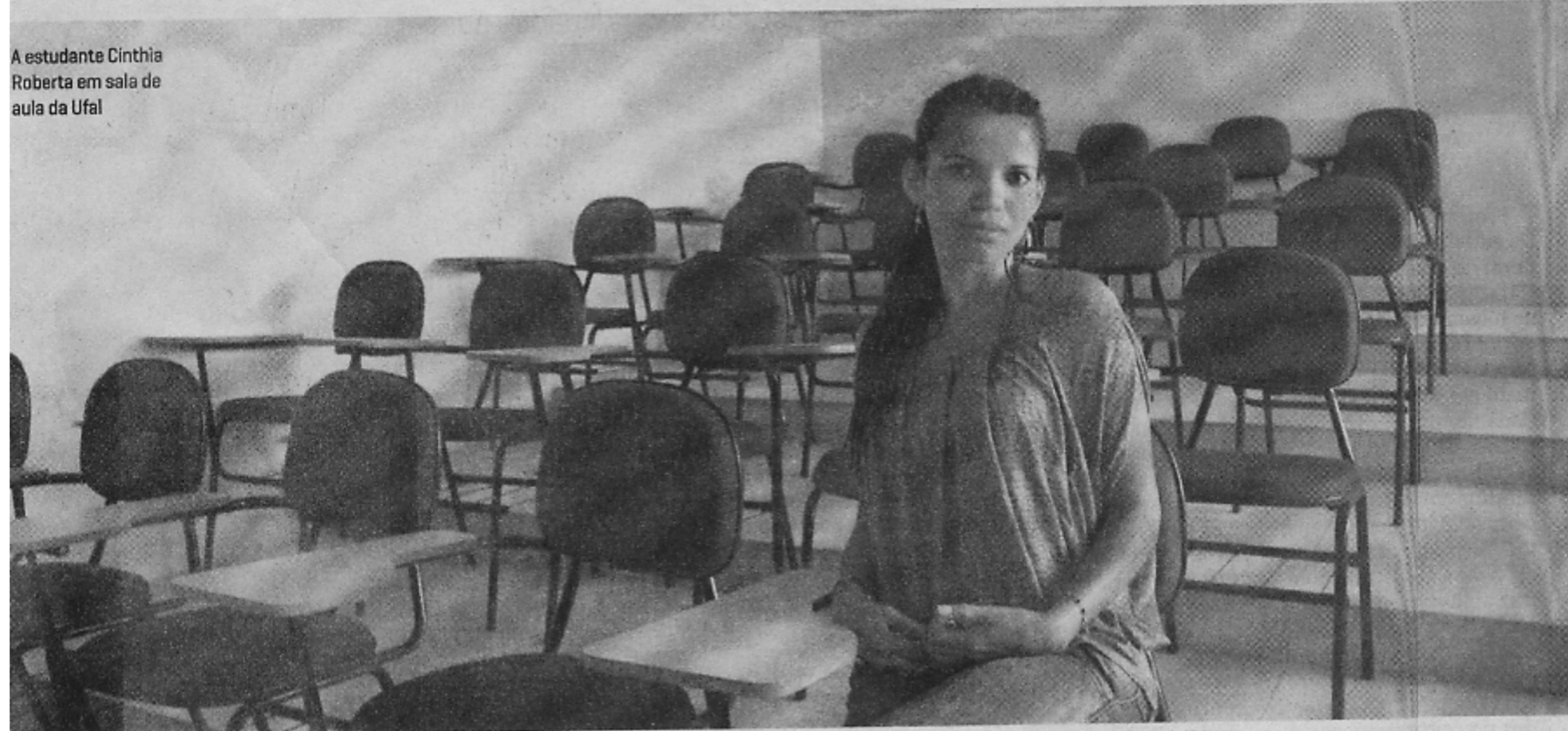


DEBATE MULTICOR

“ACHO MAIS DO QUE JUSTO”

Estudante da Ufal que entrou pelo sistema de cotas diz que a medida repara uma “dívida histórica do Estado Brasileiro com os negros”

A estudante Cinthia Roberta em sala de aula da Ufal



Na Universidade Federal de Alagoas (Ufal), o sistema de cotas raciais existe desde 2003. O ano de 2004 foi para organizar o vestibular e a partir de 2005 começaram a ingressar as primeiras turmas de cotistas, beneficiadas com a reserva de 20% das vagas oferecidas em cada curso. Cinthia Roberta dos Santos tem 27 anos. Ela se autodeclarou negra em 2006 e a partir de 2007 começou a assistir aulas no curso de História. Hoje já está na pós-graduação, transformando todos os dias o sonho da carreira acadêmica em realidade.

Sempre com notas acima

da média, se não fosse a reserva de vagas para alunos negros, talvez Cinthia ainda estivesse negociando peças íntimas no camelô de Maceió. Moradora do bairro da Forene, ela concluiu o ensino médio na Escola Estadual Laura Dantas, no Cepa, aos 18 anos. Sem perspectivas de passar no vestibular e sem dinheiro para matricular-se num cursinho, sobrou para Cinthia o trabalho informal.

“As cotas foram fundamentais. Eu antes achava que vestibular não era para mim, que eu não tinha capacidade para o ensino superior. Quando terminei os



CINTHIA ROBERTA DOS SANTOS
ALUNA DA UFAL PELO SISTEMA DE COTAS

“As cotas foram fundamentais. Eu antes achava que vestibular não era para mim, que eu não tinha capacidade para o ensino superior”

estudos, tentei o curso de Ciências Sociais e não passei. Tive que trabalhar e esquecer a sala de aula”, contou ela, dizendo que foi estimulada pelo irmão para tentar o ingresso por meio das cotas. “Resolvi tentar e deu certo. Na época, a concorrência entre cotistas era maior do que entre os não-cotistas”, disse a aluna, que concluiu a graduação no ano passado e já emendou na especialização.

“Não tenho nenhum constrangimento em falar que sou cotista, apesar de na universidade nem os professores saberem que você entrou pelas cotas, só

o próprio aluno”, contou ela, dizendo ser justa a reserva de vagas para os negros. “As cotas são uma maneira de o Estado brasileiro pagar uma dívida histórica com os negros. Acho mais do que justo”. Para Cinthia, não é a dificuldade financeira que primeiro exclui os negros da sociedade, mas a cor da pele. “O branco pobre sempre vai levar mais vantagem do que o negro pobre. A gente precisa estar na fila de um emprego. O branco sempre será o escolhido. O racismo não declarado do Brasil é perverso. Julgam você inferior”, criticou a universitária.

SISTEMA É NECESSÁRIO, PELO MENOS POR UM TEMPO

Coordenadora do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros da Ufal (Neab), Clara Suassuna, professora do curso História, disse que a decisão do STF, que afastou qualquer ameaça de inconstitucionalidade do sistema de cotas nas universidades, foi um avanço. “A tendência é um dia a gente não precisar mais de cotas. Mas, até lá, o ingresso de alunos negros precisa ser facilitado”, disse ela, contando que na Ufal pouco mais de quatro mil pessoas tiveram acesso aos cursos por meio das cotas raciais. “Na primeira turma entraram 192. Na última, no ano passado, foram 918 novos alunos”.

Clara Suassuna atesta que o desempenho dos cotistas é melhor do que o dos demais universitários. “A universidade, além de oferecer as cotas, também mantém uma série de projetos com objetivo de manter estes alunos nas salas de aula, investindo cada vez mais na sua qualificação. Por isso, muitos continuam os estudos na pós-graduação”, explica a professora, contando que em 2014, haverá uma reavaliação sobre a pertinência de dar continuidade ou não ao sistema de cotas na Ufal, já que o programa é temporário. “Haverá um amplo debate com alunos e professores para avaliar a necessidade de prorrogar o sistema de cotas aqui”.

A professora reconhece que já houve casos de alunos questionarem as cotas na Ufal. “Mas ninguém deixou de estudar por causa

disso”. Ela informa que para ser cotista o aluno, além de autodeclarar-se negro, precisa ter estudado em escola pública, nos últimos três anos consecutivos.

“Aqui não temos bancas para aferir se o candidato é ou não negro. O sistema de cotas beneficia pretos e também os pardos. Além disso, a Ufal é a única universidade do Brasil que tem um recorte por gênero. Das vagas reservadas às cotas, 40% são para homens e 60% para mulheres”, explica a professora universitária, que rebate o argumento de que as cotas podem ser motivo de uma segregação ainda maior da população brasileira.

“A segregação já existe em nossa sociedade. Nosso povo é racista, é preconceituoso. O problema é que ninguém admite e por isso o assunto não é tão discutido como deveria ser. É preciso reconhecer as diferenças para implementar políticas públicas eficazes. Não falo na diferença entre as pessoas, mas na diferença de oportunidade que separam elas. Eu, por exemplo, sou deficiente física. Tenho que ter políticas públicas que atendem minhas necessidades para que eu possa ter a mesma chance de inclusão sociais que os demais. O mesmo deve ocorrer para a população negra”, comparou, ao ressaltar: “Os direitos devem ser sempre iguais, mas como somos pessoas diferentes, o acesso a estes direitos muitas vezes exige meios diferentes”.



CLARA SUASSUNA
PROFESSORA DA UFAL

“A segregação já existe em nossa sociedade. Nosso povo é racista, é preconceituoso. O problema é que ninguém admite”



Clara Suassuna, professora da Ufal, defende necessidade das cotas

COTA NÃO É PRIVILÉGIO

Membro do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Valdice Gomes, presidente do Sindicato dos Jornalistas de Alagoas, comemorou a decisão do STF “O STF reconheceu a dívida histórica que o Brasil tem com a população negra. As cotas são necessárias, claro, por determinado tempo, para igualar as oportunidades, no caso, na área da educação”, afirmou a jornalista, que defende também a criação de cotas para o ingresso no mercado de trabalho.

“A política de cotas não é privilégio. É uma ação compensatória, uma ação afirmativa, para que a sociedade atinja, de fato, um grau de igualdade”, afirmou Valdice Gomes. “A gente espera que outros setores da economia também possam aderir ao sistema de cotas, não só o governo”. Ela rebate com veemência os argumentos de quem é contra a política de cotas. “Quem é contra desconhece a herança antropológica, sociológica da construção da sociedade brasileira. As pessoas se reconhecem negras não só pela cor da pele, mas pelo tipo de cabelo, pelo formato da boca, do nariz, além da história de seus ancestrais”, ressaltou.

Valdice também não gosta da classificação de pardos. “Pardo não é cor. Este termo é fruto do próprio preconceito. Houve uma época no Brasil que toda criança era batizada como parda. Não era nem culpa dos pais, mas os próprios cartórios, para não reconhecer que aquela pessoa era negra, classificada de parda. Estamos falando em etnia. Não existe a etnia dos pardos”, explica a conselheira, afastando ainda o risco de futuros conflitos entre pardos e negros. “As cotas raciais já existem nas universidades faz tempo e está provado que não há espaço para conflitos. Este tipo de argumento está superado, assim como a alegação de que os cotistas seriam discriminados, de que as cotas incentivariam o racismo. Nada disso ocorreu”.